

O Encilhamento e o papel de Rui Barbosa

Ao final do século XIX o Brasil estava prestes a inovar, comprometer-se à mudança e se industrializar. De fato, a industrialização do país tornou-se uma das metas principais de vários políticos e sim uma das motivações por trás da Proclamação da República de 1889. Porém, vários fatores como certas políticas econômicas implementadas pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa contribuíram ao enfraquecimento da economia e do sistema bancário da época, o resultado sendo uma crise grave de 1889-1892 chamada O Encilhamento. Este período de crise e as políticas econômicas implementadas por Rui Barbosa não somente definiram o seu legado como Ministro da Fazenda de maneira indesejável, mas sim representam produtos sociais intangíveis que distanciaram a nova República Brasileira de uma época econômica imperial. Porém, como Barbosa regia o novo Banco Central do Brasil, ele era um alvo fácil para a voz popular definir a fonte da crise econômica e os desafios subsequentes depois dela. Ele teria que se exiliar na Europa para escapar da perseguição encontrada no Brasil, mas Rui Barbosa voltaria para a sua terra-mãe como um homem diferente.

Porém, Rui Barbosa era um homem inteligente, um erudito, advogado por formação, perspicaz e as políticas econômicas que ele implementou tinham por intuito não somente a industrialização do país, mas sim visavam a declaração de nacionalismo e da independência econômica da República. O propósito desta obra será o de destacar os motivos nacionalistas por trás das políticas econômicas implementadas por Rui Barbosa e elucidar o seu legado como reformador social no Brasil.

Uma vez que a economia dependia em trabalho escravo até 1888, a abolição da escravatura com a codificação da Lei Áurea resultou em uma economia totalmente assalariada pela primeira vez na história do país (Schulz 64). Uma das maiores consequências disso foi que a produção de bens e serviços tornou mais caro e, com uma quantia de papel-moeda fixa sob o padrão-ouro da Monarquia, seria muito mais difícil sustentar produção ao mesmo nível no longo prazo, pois os donos de empresas acabariam com as suas poupanças. A moeda fiduciária da República deixava o Ministro imprimir mais papel-moeda e os fazendeiros subsequentemente exigiam compensação monetária na forma de uma indenização do governo para sustentar sua produção desde que estes tinham menos dinheiro para guardar depois de pagar os vários funcionários. Como descrito por John Schulz, nos anos antes da abolição, as consequências políticas e financeiras de tal mudança dominavam a discussão pública e levaram os governantes do Brasil a mudar como viam a futura composição da economia e a política monetária que o guiaria rumo à industrialização (Schulz 57). Com olhos agora fixos em desenvolvimento industrial e não somente no seu sucesso contínuo como uma sociedade agrícola, Rui Barbosa, o então recém-eleito Ministro da Fazenda, encarava um cargo difícil.

A necessidade de pagar os demais trabalhadores juntamente com a incerteza com relação ao poder do novo Banco Central levou Rui Barbosa a resolver esse problema de modo que deixaria a estabilidade da economia numa posição precária. Nessa época da República, a fraqueza da economia limitava o poder do governo com relação à industrialização, e acreditava-se que um estado mais forte e unido poderia levar ao crescimento contínuo da economia rumo à industrialização (Reid 60). Por exemplo, a criação de um novo sistema de um Banco Central uniu vários bancos regionais sob o mandato de Rui Barbosa. Isso facilitou a implementação de políticas econômicas pois cada banco podia implementá-las simultaneamente para uma distribuição de papel-moeda mas equilibrada caso tal política fosse necessário. Barbosa resolveu fazer justamente isso, imprimir muita nova moeda, triplicando a base monetária com o propósito de liberar fundos

monetários para os donos de empresas poderem pagar todos os gastos necessários com o intuito de sustentar um nível alto de produção. Barbosa também implementou mais uma política monetária que liberou o número de empréstimos que cada banco podia emitir. Essas políticas levaram a uma bolha financeira criada pela facilidade de conseguir crédito bancário e papel-moeda cuja explosão acabou numa crise chamada O Encilhamento.

Os motivos por trás dessas políticas aparentemente tolas se encontram no fato de que Rui Barbosa regia a economia de uma república recém-nascida depois da Proclamação de 1889. Nessa época o debate sobre a emissão de papel-moeda era, “de certa forma conturbada desde a liquidação do primeiro Banco do Brasil em 1829, a falta de numerário era suprida por [outros] bancos que emitiam vales” (Almeida 20). O mandato de Presidente Deodoro da Fonseca tinha por intuito a industrialização do país e visava aproveitar desse novo mercado consumidor, porém, era necessário que houvesse um aumento na oferta monetária para sustentar tal desenvolvimento econômico. Isso não seria fácil sob o antigo padrão-ouro e na ausência um Banco Central, pois, de certa forma, a impressão de papel-moeda seria limitada. Ademais, Rui Barbosa enfrentava o problema de interpretar e determinar o papel desse novo banco central na República, um sistema que ele fortemente condenava anteriormente por causa de sua ligação ao padrão-ouro e à Monarquia.

Para destacar este ponto-chave, é observado que a política econômica do Ministro da Fazenda anterior, o Visconde de Ouro Preto deve, “ser compreendida, sem dúvida, com referência a uma série de compromissos e correspondências resultantes de uma conjuntura política muito difícil. Repousava sobre o Visconde a responsabilidade última pela manutenção do regime monárquico.” (Franco 72) Talvez a motivação maior por trás da impressão excessiva de tanta nova moeda e da liberação de crédito bancário pode ter sido, de fato, menos econômica mais sim política, uma tentativa final de limpar a República por completa de qualquer vestígio de influência monárquica. Como o padrão-ouro—que era intimamente ligado ao Império e ao Imperador—limitava a impressão de papel-moeda e fixava a taxa de câmbio por tantos anos, a triplicação da oferta monetária por Rui Barbosa provou ser um novo paradigma na política monetária do Novo Mundo. Embora o legado popular do mandato de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda tenha sido o enfraquecimento da economia que levou ao Encilhamento, o aumento extremo da oferta monetária foi mais uma manifestação do republicanismo recém-proclamado e da independência econômica da Nova República Brasileira.

Em concordância com teoria neoclássica, as políticas econômicas empregadas pela República visavam o desenvolvimento de capital brasileiro na forma de tecnologia e trabalhadores. A teoria declara que o desenvolvimento de capital e tecnologia e o aumento da quantidade de capital ou trabalhadores são as únicas variáveis que sustentarão crescimento econômico no longo prazo. Porém, o problema da liquidez insuficiente da moeda nacional mostrou-se uma barreira para os fundos necessários que deixariam tal desenvolvimento de capital possível. Sob o padrão-ouro, a oferta monetária e a sua liquidez eram proporcionais à oferta de ouro possuída pelo sistema bancário. Exigia-se uma maior quantidade de moeda com maior liquidez para o desenvolvimento do estoque de capital e mesmo da República que não era possível sob o padrão-ouro. Sem uma oferta monetária ou liquidez suficiente, o desenvolvimento de capital brasileiro provaria ser um processo devagar e ineficaz. Porém, para Rui Barbosa tal processo devagar não seria aceitável e é por isso que ele respondeu à crise através de políticos tão heterodoxos possíveis pelo Banco Central e a habilidade de imprimir mais moeda fiduciária. O aumento da liquidez da base monetária seria possível através de um número maior de empréstimos garantidas pela impressão dessa quantidade maior de papel-moeda. Embora viável na teoria, tal política arriscava alta inflação e a

desvalorização da moeda nacional. Quando essas políticas foram implementadas, muitos estavam felizes, confiantes na economia e subsequentemente começaram a utilizar fundos monetários em abundância e de forma imprudente. Formou-se uma bolha financeira que logo depois estourou em 1889 acabando na crise em questão. Embora pareçam tolas, os motivos por trás dessas políticas econômicas somente são entendidas por uma exploração do caráter de Rui mesmo.

Barbosa imaginava uma utopia brasileira na qual o liberalismo reinava e essa projeção utópica de sociedade o guiava pelo seu mandato de quatorze meses como Ministro da Fazenda. Ele não conseguia aceitar um regime autoritário e certamente não poderia retroceder à Monarquia, o sistema que ele mais detestava. Como liberal, “Rui se viu numa posição insustentável para qualquer outro político...na defesa solitária de uma República ideal, utópica, que deveria superar a Monarquia em matéria de liberalismo” (Fundação 37). Enquanto a palavra “liberal” implica uma posição política, nesse contexto, a palavra quer dizer livre, espontânea, sem barreiras e vivo. Barbosa não aceitava o poder quase total do Império e como advogado e humanista ele se preocupava muito com os direitos e o potencial do ser humano. Desse ponto de vista e sabendo que a quantia de papel-moeda era mais fixa durante o Império, os motivos por trás da sua decisão de triplicar a base monetária e liberar crédito bancário nos bancos regionais fazem melhor sentido. Para Rui Barbosa, essa era uma questão de escolher inovar e industrializar o Brasil rumo à utopia que ele sempre imaginava e acreditava ser o melhor para o seu povo, ou retroceder à Monarquia e as barreiras e limitações para o potencial crescimento da nova República.

Logo depois da Proclamação da República em 1889 o Brasil caiu em crise. O então Ministro da Fazenda Rui Barbosa implementou várias políticas econômicas heterodoxas que deixaram o país vulnerável à queda do crescimento e industrialização do Brasil. Essas políticas visavam o desenvolvimento do estoque de capital, mas acabaram em inflação e a crise subsequente foi um estigma no legado de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda. Porém, elas representam produtos sociais intangíveis que marcam uma mudança de paradigma nas políticas monetárias na nova República. Elas distanciaram a República do antigo regime do Império numa declaração de republicanismo e liberalismo. Embora tenham levado a uma crise indesejável como consequência, as políticas econômicas implementadas e a crise do Encilhamento salientam a soberania da República Brasileira e a visão utópica de Rui Barbosa.